

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **4001590-41.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**
 Requerente: **LEILA APARECIDA OLIVEIRA**
 Requerido: **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

LEILA APARECIDA OLIVEIRA ajuizou Ação **DE COBRANÇA SECURITÁRIA – DPVAT – INVALIDEZ PERMANENTE** em face de **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**, todos devidamente qualificados.

Aduz a autora, em síntese, que foi vítima de acidente de trânsito em data de 25/06/2010, do qual sofreu lesões de natureza grave, que resultaram na sua Invalidez Permanente. Pediu a procedência da ação e a condenação da ré ao pagamento de indenização relativa ao seguro DPVAT no valor de R\$ 13.500,00. Juntou documentos.

Devidamente citada, a requerida apresentou defesa pleiteando a substituição do polo passivo, a inépcia da inicial, falta de interesse processual e ausência de documentos essenciais à propositura da ação (laudo do IML) e a ocorrência da prescrição. No mérito, sustentou em síntese, que o requerente não comprovou o direito perseguido na inicial, uma vez que não existe laudo médico conclusivo a respeito da invalidez permanente que autorize o pagamento da indenização pleiteada. No mais, sustentou a necessidade de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

realização de prova pericial e que na hipótese de procedência o valor da indenização seja de acordo com o grau da invalidez.

Sobreveio réplica às fls.61/71.

Pelo despacho de fls. 78 foi determinada a realização de perícia médica. O laudo foi encartado às fls.106/108. Houve manifestação das partes sobre o laudo técnico a fls. 112 e ss (pela Seguradora) e fls. 118 e ss (pela autora).

Em resposta ao despacho de fls. 128 a autora peticionou às fls. 132 e ss.

É o relatório.

DECIDO, no estado em que se encontra a LIDE, por entender que a cognição está completa nos moldes em que se estabilizou a controvérsia.

Das preliminares:

A inicial atende os requisitos mínimos exigidos pela Lei, permitindo ao Julgador conhecer da pretensão nela veiculada. Assim, afasto, pois a alegação de inépcia.

O interesse de agir está calcado no trinômio necessidade-adequação-utilidade; ao mesmo tempo que decorre da impossibilidade de solução do conflito pela via extrajudicial, a ação proposta deve ser adequada ao direito material reclamado, tornando, assim, útil o provimento



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

jurisdicional.

A autora se envolveu no sinistro e vem pleitear indenização; é evidente o seu interesse na via eleita; se faz jus, ou não, a indenização é questão atinente ao mérito.

Também deve ser afastada a preliminar de ausência de documento essencial à propositura da ação, pois analisando o boletim de ocorrência carreado a fls. 10 e ss. resta cristalina a ocorrência do sinistro.

No mais, não há que se falar em substituição do polo passivo pela "Seguradora Líder dos consórcios do Seguro DPVAT S/A", uma vez que a indenização do seguro pode ser cobrada de qualquer seguradora, em razão da solidariedade que há entre elas. Nesse sentido, o acórdão do TJSP, julgado em 19/06/2012, da relatoria da Des. Berenice Marcondes César, com a seguinte ementa:

AÇÃO DA COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO/DPVAT INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminares: ilegitimidade passiva ad causam in ocorrência todas as seguradoras conveniadas ao seguro DPVAT têm legitimidade para figurar em ação que se pretenda a cobrança ou a complementação da indenização securitária. (...) **(Apelação nº 0010276-22.25011.8.26.0482).**

No mesmo sentido:

SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) AÇÃO DE COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE. REQUERIMENTO DE INSERÇÃO DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT NO POLO PASSIVO. INADMISSIBILIDADE. AGRAVO RETIDO IMPROVIDO. Cabe unicamente ao autor realizar a escolha de quem deve figurar no polo passivo do processo, até porque qualquer seguradora que integra o consórcio respectivo tem legitimidade



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

passiva para a ação de cobrança do valor do seguro obrigatório de veículo (DPVAT). Trata-se de situação de legitimidade extraordinária, de modo que a eleita atua em seu próprio nome e no das demais. A unitariedade presente justifica a possibilidade de o segurado optar por demandar com empresa diversa daquela que anteriormente lhe pagou algum valor ou recusou algum pagamento. **(TJ-SP – 31ª Câmara de Direito Privado, Apelação 0165668-34.2011.8.26.0100, Relator Antonio Rigolin, j. em 14/04/2015).**

Também deve ser afastada a prejudicial de mérito.

Trata-se de ação de cobrança de indenização de seguro obrigatório (DPVAT), em virtude de acidente de trânsito ocorrido no dia 25/06/2010, que, nos termos da petição inicial, acarretou invalidez permanente à autora.

A prescrição da ação movida por beneficiário do seguro obrigatório dava-se, segundo o Código Civil de 1916, em vinte anos (art. 177). A partir do início da vigência do Código Civil atual, em 11/01/2003, o prazo passou a ser de três anos (art. 206, § 3º, IX), quando não decorrido mais da metade do lapso previsto no Código antigo (artigo 2.208).

Para os casos de invalidez permanente, porém, seja ela parcial ou total, o prazo prescricional conta-se da data da ciência do segurado da sua incapacidade laboral.

De fato, “na hipótese de invalidez parcial ou total e permanente, seu termo inicial, interessa menos ou nada a data do sinistro, conta-se da data da ciência, pelo interessado, da consolidação das lesões, tal qual o enunciado da súmula 278 do Superior Tribunal de Justiça (o termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

ciência inequívoca da incapacidade laboral – DJ 16/06/2003) – TJSP, 28ª Câmara de Direito Privado, Apelação sem Revisão 1178939-0/5, Rel. Des. Celso Pimentel, j. 24/06/2008).

Assim, embora o acidente de trânsito sofrido pela autora tenha ocorrido no dia 25/06/2010 e a ação tenha sido proposta em 21/11/13, a prescrição não pode ser reconhecida porque devemos prestigiar como sendo a data da ciência de sua incapacidade, 24/09/2013 que é a data do laudo do RX trazido a fls. 14.

Nesse diapasão: Agravo de Instrumento 0227700-84.2011, 30ª Câmara de Direito Privado do TJSP e REsp 1.388.030/MG, j. em 11/06/2014.

No mérito:

A autora se envolveu em acidente automobilístico no dia 25/06/2010.

O artigo 3º, inciso “II” da Lei 6.194 de 19 de dezembro de 1974, com redação dada pela Lei 11.482/07, fixa o valor da indenização a ser paga pela seguradora em “até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de **invalidez permanente**” (*in verbis*).

Tem ela **aplicação in casu**, uma vez que o acidente se deu conforme já dito, em 25/06/2010, ou seja, durante a sua vigência.

O parecer médico de fls. 106 e ss revela que há nexo de causalidade e também dano patrimonial físico sequelar estimado em 6,25% ou

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

seja, uma incapacidade laboral parcial e definitiva.

Na inicial, a autora sustenta que nada recebeu a título de SEGURO DPVAT em razão do acidente.

Assim, tem ela direito ao percentual de 6,25% do valor da indenização de R\$ 13.500,00, que equivale a **R\$ 843,75**.

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** a súplica inicial para o fim de **CONDENAR** a ré **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS** a pagar à autora, **LEILA APARECIDA OLIVEIRA**, a quantia de **R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, referente ao percentual de 6,25% da indenização do seguro DPVAT por ocorrência de sequela parcial e permanente prevista no artigo 5º, inciso "II" da Lei 6.194/74 *(com alteração dada pela Lei 11.482/07)*.

Referido valor será pago com correção monetária a partir da data do evento, ou seja, (25/06/2010) e juros de mora, à taxa legal, a partir da citação.

Diante da sucumbência recíproca, as custas e despesas do processo serão rateadas entre as partes e cada qual arcará com os honorários de seu patrono. Em relação a autora, tais verbas ficam suspensas em atenção ao disposto no art. 12 da Lei 1.060/50.

P.R.I.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 17 de março de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**